



Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 22 de abril de 2018

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Tondela, na sede da ARCA, em Alvarim, freguesia de Dardavaz, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se iniciar a assembleia, tomaram posse, por um dia, os senhores: Martinho de Loureiro Rodrigues, Alfredo de Jesus Cabral, Maria Fernanda Gomes Dias Ribeiro e Nelson José de Sousa Almeida, como membros desta assembleia, em substituição dos membros: Paulo Jorge Albernaz Leite Marques, Marta Franco Coimbra Marques, Carlos Alberto Antunes Viegas e António José Simões de Figueiredo que solicitaram suspensão de mandato por um dia.

Foram apresentadas duas credenciais: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão e do senhor presidente da junta de freguesia de Santiago de Besteiros à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por Firmino dos Santos e João Paulo Santos Ferreira de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças, faltaram à sessão os membros: Arménio Marques, Abílio Santos, José Carlos Coimbra, Marisa Fernandes, João Paulo Tavares, Marisa Fernandes.

Justificaram a falta os membros: Arménio Marques, José Carlos Coimbra, Marisa Fernandes, João Paulo Tavares, Marisa Fernandes, que foram consideradas justificadas e relevadas pelo presidente da mesa da assembleia.

O membro Abílio Santos não justificou a falta, pelo que foi considerada injustificada.

1.Período de antes da Ordem do Dia

1.1Visita a locais afetados pelo incêndio de 15 e 16 de outubro de 2017



Iniciaram-se os trabalhos e foram efetuadas várias visitas com a devida explicação das várias intervenções que estão a desenvolver-se no aterro sanitário da Associação de Municípios do Planalto Beirão, na Zona Industrial de Adiça e habitações afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, na freguesia de Dardavaz.

De seguida, foi efetuado uma pausa para almoço, tendo-se retomado os trabalhos pelas 14h00.

O membro Sérgio Rodrigues, por motivos pessoais teve de se ausentar, tendo o senhor presidente da assembleia solicitado a presença do membro Ana Leão para a sua substituição na mesa, com secretário.

O senhor presidente da mesa da assembleia municipal tomou da palavra para agradecer à senhora presidente da junta de freguesia de Dardavaz e sua equipa, toda a disponibilidade e colaboração prestada para que a assembleia municipal se pudesse realizar em Dardavaz, na sede da Associação Recreativa e Cultural de Alvarim.

Interveio, de seguida, a senhora presidente da junta de freguesia de Dardavaz, Ana Leão. (anexo1)

1.2. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 20 de abril

Não tendo havido intervenções, a ata de 20 de abril foi aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de abril.

1.3. Leitura de expediente

Foram presentes à assembleia o relatório de atividade e financeiro, entregue pela câmara municipal, a Moção “Portugal 2020 e sua reprogramação” enviada pela Assembleia Municipal de Viseu; email a dar conhecimento de moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Campo de Besteiros sobre a existência de placas de amianto da Escola 2.3. de Campo de Besteiros; emails do Grupo Parlamentar Os Verdes sobre: Assistência a banhistas, falta de profissionais de saúde no Centro Hospitalar Tondela /Viseu, recolha de resíduos hospitalares na prestação de serviço domiciliário, efluentes da freguesia de Satão lançados para o domínio hídrico sem tratamento, reposição das telecomunicações nas áreas afetadas pelos incêndios de 15 e 16 de outubro, revisão do



regime jurídico do arrendamento urbano. Ofício do Sindicato dos Enfermeiros sobre a carência de profissionais no Centro Hospitalar Tondela/Viseu. Moção da Assembleia Municipal de Fafe sobre regionalização. Documentação do 1º Congresso da Associação de Assembleias Municipais. Boletim da ANMP. Jornais: “Associação” e “Voz das Misericórdias”.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o ponto a bancada do PSD, tendo tomada a palavra o membro Jorge Henriques:

“Boa tarde a todos.

Começaria por cumprimentar o senhor presidente da mesa, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores membros desta casa e muito particularmente à Ana Leão, que nos recebe na sua freguesia, onde se pode constatar, in loco, a devastação provocada pelos incêndios de 15 de outubro. Também, à ARCA, que nos recebe no seu espaço magnífico e que é uma instituição de referência do nosso concelho e um motor de desenvolvimento cultural. É bom estarmos nas associações locais.

Uma palavra ao senhor presidente da câmara e dizer-lhe que o que nos foi proporcionado, hoje, foi muito importante. Para mim, particularmente, pese embora já ter estado várias vezes nas imediações das instalações da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, nunca tinha tido a oportunidade de constatar todo o processo de tratamento e transformação dos nossos resíduos sólidos urbanos, tendo sido bastante enriquecedor. Muito obrigado. Penso, também, que é importante que as assembleias devam ser de forma descentralizadas e se possível uma próxima numa outra freguesia, eventualmente numa zona mais serrana do nosso concelho, permitindo termos uma outra realidade do nosso concelho. A visita de hoje foi extremamente enriquecedora do ponto de vista da informação que nos foi transmitida e daquilo que é o trabalho do executivo camarário e das condições para criar desenvolvimento, que muitas das vezes não se vê.



Na sequência de uma proposta de uma moção, sobre a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, apresentada na assembleia de fevereiro pelo Partido Socialista. Na altura tinha solicitado ao Dr. Rui Santos que pudéssemos analisar mais em detalhe essa matéria, não que a receita que reverta para a autarquia seja significativa, mas o que estará em causa é o princípio e a questão de base, que é quanto a mim uma questão política. Penso que não bastará ao município por si só abdicar da cobrança da taxa. Penso que o problema está mais a montante, no processo legislativo em si. Pese embora, só agora trazer este assunto, vinha trazer aqui a proposta ao Dr. Rui Santos, tal como à assembleia. Dizer que esta matéria, após uma pequena análise que efetuei, já esteve contemplada na Lei 42/2016 de 28 de dezembro, que era a lei que aprovou o Orçamental do Estado para 2017, e no seu número 3 do seu artigo 85º, estabelecia que a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem: “são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores”. Portanto, a Lei do Orçamento já tinha esta previsão e tivesse essa Lei em vigor não teríamos sequer esta discussão. Acontece, todavia, que o Decreto-Lei nº 25/2017 de 3 de março, que prevê as normas do Orçamento de Estado, veio adiar *sine die* e fazer depender a repercussão dessas taxas de eventual iniciativa do governo de alteração do quadro legal em vigor, nomeadamente em matéria de repercussão das taxas nas faturas dos consumidores. Se não fossem as normas de execução orçamental, tínhamos o problema resolvido. Assim sendo aquilo que vinha aqui propor ao Dr. Rui Santos, até porque esta matéria terá alguma relevância para a elaboração do próximo orçamento, deverá vir à assembleia de setembro. Somos a favor que o município não venha a prever esta cobrança no próximo orçamento e que a mesma seja imputada aos consumidores, mas a nossa diferença é que se venha a elaborar a moção em conjunto, no sentido de suspensão da fixação da taxa pelo município até que o quadro legal venha a ser alterado em sede de governo e esperemos nós, no próximo orçamento. Muito obrigado.”

De seguida, interveio o membro Regina Coimbra com a intervenção que se transcreve:

“FALTA DE ENFERMEIROS

Boa tarde Exm.ºs Senhores



Presidente da Assembleia;

Presidente da Câmara e restantes elementos da mesa

Sr.s Membros da Assembleia, Sr.s Vereadores, Presidentes de Junta e público em geral.

Em primeiro lugar gostaria de felicitar e agradecer a oportunidade que me foi dada pelo Sr. Presidente da Câmara, em visitar os locais afetados pelos incêndios.

Felicitar também a Ana Leão, por nos receber na ARCA, muito obrigado.

Não é novidade para ninguém o que se está a passar ao nível nacional com a falta de Enfermeiros!

O presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH) alertou que alguns serviços hospitalares estão em risco e podem mesmo ser encerrados com a entrada em vigor dos horários de 35 horas e sem a contratação de mais enfermeiros.

Se urgentemente não forem contratados enfermeiros, alguns hospitais vão ter muitos problemas em continuar a trabalhar como até agora e outros terão que encerrar serviços ou reduzir o número de camas.

A poucos dias da entrada em vigor dos horários de 35 horas, o que coloca em risco as escalas e os serviços, foi dado o alerta para a necessidade de contratação de enfermeiros pelas unidades de saúde.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) tem vindo alertar para o mesmo problema, tendo mesmo alertado para a possibilidade de vários hospitais poderem vir a encerrar serviços, porque o Governo não autoriza a contratação de enfermeiros.

O Governo definiu que a partir do dia 01 de julho os enfermeiros passarão a fazer as 35 horas semanais, mas na base de que seriam necessários seis meses para planificar a contratação de enfermeiros.

Ana Rita Cavaco, bastonária da Ordem dos Enfermeiros, já fez o alerta, afirmando que a alteração à lei (passagem das 40 para as 35 horas de trabalho semanais) não se fez acompanhar pela contratação de mais enfermeiros, o que, na prática, significa a impossibilidade de fazer escalas de trabalho para julho.



Todos sabemos que a autorização para a realização de novos contratos tem de ser dada aos hospitais pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério das Finanças, e só depois é que podem ser admitidos profissionais.

Assim, sem contratações ou sem a prestação de horas extraordinárias por parte dos enfermeiros, haverá grandes problemas para resolver, lembrando que julho já é um período em que há muitos profissionais de férias e que é um direito que têm.

O mesmo problema se passa no Centro Hospitalar Tondela — Viseu e se não for rapidamente resolvido este poderá encerrar camas para que os doentes não fiquem em risco.

"Não se sabe se a opção passará por serviços inteiros ou por um determinado número de camas em cada serviço, mas isso tem que acontecer, porque a vida das pessoas está primeiro".

Cerca de 12 mil contratos individuais de trabalho irão passar das 40 para as 35 horas semanais, e isto que terá de acontecer porque "a Ordem foi para tribunal litigar esse direito, invocando as condições do exercício profissional".

A partir de 1 de julho eles terão esse direito e não há um único enfermeiro contratado a mais, quando se sabe que para fazer face às necessidades são precisos, para além das carências todas que já temos, pelo menos mais cerca de 1700 enfermeiros!!!

A bastonária questionou como é que, nesta situação, a preocupação do ministro é "injetar milhões em bancos (Ex: Novo Banco) e não tem 65 milhões para contratar três mil enfermeiros".

No que respeita ao Centro Hospitalar Tondela — Viseu, o conselho de administração pediu 60 enfermeiros para enfrentar a passagem às 35 horas semanais, não tendo ainda obtido resposta.

No entanto, para além disso, no Centro Hospitalar Tondela — Viseu e de acordo com Ana Rita Cavaco, há mais 30 substituições que são necessárias e, com serviços "nos mínimos e alguns abaixo dos mínimos", são precisos "mais enfermeiros para reforçar a equipa".



No Centro Hospitalar Tondela — Viseu, os enfermeiros têm, neste momento, trinta mil horas relativas a turnos que fizeram a mais, devido à falta destes profissionais. "Trinta mil aqui, porque no país todo elas (as horas) chegam a um milhão", e se os enfermeiros amanhã resolvessem junto de um tribunal exigir todo o seu tempo em folgas, os hospitais fechavam portas".

Os enfermeiros e algumas dezenas de cidadãos têm-se manifestado e reclamam a contratação imediata de mais profissionais, sob ameaça dos serviços colapsarem.

"Tendo em conta as carências que já se vêm sentindo nesta instituição e que, a partir de 1 de Julho, os enfermeiros com contrato individual de trabalho passarão das 40 para as 35 horas semanais, era necessário mais uma centena destes profissionais.

Meus Senhores, estamos perante um problema bastante grave e que necessita de uma resolução rápida, sob pena de vários Serviços de Saúde colapsarem!!! E estamos a falar da saúde...

Obrigado."

Na continuação dos trabalhos, o membro Cristiana Ferreira interveio:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Como julgamos ser do conhecimento de todos os membros desta assembleia municipal, a ACERT sofreu um enorme corte de verbas, no âmbito da candidatura, que desde 1992 apresenta à Direção Geral das Artes.

Na última assembleia municipal e porque ainda se aguardava que tal prognóstico pudesse conhecer uma revisão entendemos como precoce e prematura a tomada de uma posição mais vincada sobre esta matéria.

Hoje havendo notícia de que o recurso apresentado, não obstante terem sido *alegados factos que comprovavam que a classificação do júri, não tomou em conta fatores relevantes e valorativos que o regulamento preconizava, nomeadamente, o histórico da ACERT que não foi devidamente pontuado, bem como o percurso de*



Alcides
Q
ms

cumprimento de todos os compromissos estabelecidos em anteriores candidaturas, demonstrativos do rigor com que a ACERT tem desenvolvido a sua atividade, é certo que não foram atendidas nenhuma das razões fundamentadas pela instituição, mantendo o júri a avaliação inicial e, por isso, a ACERT não recebeu qualquer reforço de verbas em relação ao inicialmente proposto nos resultados provisórios.

A única alteração verificada foi a reposição do corte cumulativo nos dois primeiros anos do apoio que, numa primeira fase, aquando do conhecimento dos resultados provisórios por falta de dotação orçamental, a ACERT não iria receber.

Para o quadriénio 2018-2021 a ACERT sofre assim uma redução de 40% em relação ao montante solicitado na candidatura (valor que já lhe tinha sido atribuído em 2005 e 2006). Comparativamente ao anterior apoio (2013/2017) existe uma redução efetiva de 52.906€ por ano.

Porque este corte penaliza de forma indelével a ACERT, tendo consequências graves para a atividade da Associação e para todos os que direta ou indiretamente beneficiam dessa atividade e assim penaliza os interesses do nosso concelho, o grupo parlamentar do PSD apresenta hoje uma moção nesta matéria não obstante o reconhecimento expresso da Direção da ACERT pelas posições e *gestos de solidariedade demonstrados pelo Município de Tondela na análise conjunta de alternativas que possam minorar as implicações negativas que esta redução de apoio possa ter para os habitantes deste território e para o desenvolvimento cultural do interior do país, universo de atuação onde a ACERT tem dedicado o melhor do seu talento e empenho e á solidariedade demonstrada pelos cidadãos, artistas, estruturas congéneres, empresas patrocinadoras, estabelecimentos de ensino, outras autarquias e organizações da sociedade civil que manifestaram o seu desejo de cooperação perante a situação a que a ACERT se vê remetida.*

Não querendo partidarizar a questão a verdade é que se trata de uma questão política à qual os partidos não podem por isso fazer **ouvidos de mercador!**

Não podemos entender que um país que se orgulha de ter saído de um programa de assistência financeira e pode hoje, alegadamente, apresentar boas contas orçamentais,



baixe os níveis de financiamento aos seus produtores culturais para níveis anteriores aos vividos na era da Troika.

Não nos conformamos que a dinâmica cultural que atualmente é reconhecida às instituições culturais graças também à aposta dos executivos municipais possa servir como um pretexto para o seu subfinanciamento estatal.

Cada um terá que assumir as suas responsabilidades.

Aliás se tal corte tivesse operado sob a égide de um governo do PSD cairia o “Carmo e Trindade” em Tondela!

A assembleia municipal de Tondela reunida em sessão ordinária de 22 de Junho de 2018 demonstra a sua total indignação pelo resultado do concurso de apoio às artes que coloca a ACERT nos níveis de apoio mais baixos desde 1992, contrariando uma conseqüente e reconhecida atividade de criação teatral e de programação do seu espaço multidisciplinar Novo Ciclo ACERT, centro de recursos culturais de caráter associativo, de confluência multicultural e de serviço público na área da cultura e da cidadania participativa. Tal corte afeta igualmente a cidade e concelho de Tondela e uma região que há muitos anos conquistou uma notoriedade cultural nacional de prestígio.

Assim a assembleia municipal de Tondela apela ao Ministro da Cultura para que possa rever as verbas concedidas à ACERT."

O membro Guilherme Duarte tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Sr presidente da Assembleia Municipal,

Exmo. Sr presidente do executivo municipal



Srs deputados,

Comunicação social.

Em primeiro lugar, agradecer à Associação Recreativa e Cultural de Alvarim por nos receber nas suas instalações e aproveitar também para felicitar o executivo camarário como também o sr. Presidente da assembleia municipal por terem tomado a iniciativa de descentralizar esta assembleia.

Agradecer pelas visitas que efetuamos há pouco, é um sinal que se quer dar de proximidade, de preocupação e de compromisso às nossas gentes, que infelizmente, tiveram repercussões com os incêndios do passado dia 15 de Outubro.

Caros deputados,

Saúde, Justiça e educação, pilares basilares do funcionamento da sociedade, no qual um governo central ou autarquia local, seja qual for o partido na governação, deve ter o máximo de atenção e participação na defesa das necessidades dos cidadãos.

Está mais que provado que cada partido, consoante os seus princípios, as suas ideologias e a sua maneira de enfrentar os problemas, age da forma que acha melhor para resolver os problemas ou, infelizmente, algumas das vezes apenas dizer que se irá resolver.

Aqui entra a tal demagogia política, algo que não credibiliza em nada o nosso papel na defesa dos interesses da sociedade.

Trago a esta assembleia, o tema da educação, um tema que tem gerado alguma controvérsia perante a posição do atual governo das esquerdas unidas.

Divido a minha intervenção em duas partes, uma afeta à mais recente aldrabice do atual governo referente ao descongelamento das carreiras na classe dos professores e outra mais local, mais concretamente o pesadelo que a Escola EB 2,3 de Campo de Besteiros, pertencente ao agrupamento escolar Tomaz Ribeiro, enfrenta neste momento.



Se bem se lembram em 2010, o governo em funções, sem programa de austeridade em curso, decide congelar a progressão das carreiras dos professores. O governo de Pedro Passos Coelho, entre 2011-2015, obedecendo a um programa de austeridade corta cerca de Mil milhões de euros na educação. Em 2015, António Costa assume o Governo Central, em coligação com os partidos da esquerda e desde o início do seu mandato anuncia que irá repor cerca de 600 Milhões de euros na educação de maneira a compensar aqueles que tiveram as suas carreiras congeladas.

Aquando a aprovação do orçamento de estado, refere que pretende reunir com os sindicatos de maneira a concertar a melhor estratégia para a resolução desta questão.

Pois é, hoje podemos dizer que não foi isso que aconteceu, ou seja o governo aldrabou os sindicatos, aldrabou os partidos com assento na assembleia da republica, inclusive o PS que apresentou uma moção para que se recuperasse todo o tempo de serviço, e o mais grave, aldrabou e enrolou os professores!!!

Assumindo que a progressão nas carreiras não é tão automática como o PS faz questão de o dizer para a opinião pública, porque obedece a um conjunto de critérios e pressupostos, assumindo que o governo promete aquando campanha eleitoral e faz o contrario, era importante que isto se clarificasse.

E aí questiono, a classe dos professores não deve ter tratamento idêntico a outras classes de profissionais nos diversos setores públicos? Se o governo admite que não tem condições económicas para repor de forma gradual as carreiras, ao exemplo do que está a acontecer na região autónoma da Madeira, que mostre qual foi o orçamento destinado? De que maneira foram feitas as contas para o poder afirmar? E já agora, não era do seu conhecimento esta incapacidade económica, então porquê de andar a enrolar os professores com aldrabices atrás de aldrabices?

Bem mais uma trapalhada politica, que curiosamente deve ter sido feita numa terça-feira, dia em que as esquerdas não estão do lado do governo, sim porque ás quintas e sextas a esquerda ataca o governo, nos restantes dias da semana defende.

Assim vai funcionando a geringonça.



No que toca à degradação estrutural da Escola EB2,3 Campo de Besteiros, é inqualificável o desleixo demonstrado pelas entidades competentes.

O Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia da Republica, há mais de 60 dias, mais concretamente no dia 18 de Abril, interpelou o governo sobre a continuidade da existência de placas de amianto na cobertura, algumas até já danificadas, como também as infiltrações e ruturas existentes no interior dos pavilhões.

Passados os 60 dias, prazo legal para resposta às interpelações, o Ministro da Educação decide ter na sua agenda outras prioridades, o exemplo mais recente em que faltou a um debate na assembleia para acompanhar a seleção portuguesa, na sua participação do Mundial da Rússia.

Com isto, posso partir do principio que a tutela da educação, no qual é responsável, não é prioridade.

Caros deputados,

Para o PSD, o concelho de Tondela não pode estar sujeito a este desleixo, não admitimos de maneira alguma que a falta de responsabilidade politica e cívica do atual governo coloque em causa o Bem da Comunidade estudantil do nosso concelho.

Assim sendo, o Grupo parlamentar do PSD da Assembleia Municipal de Tondela, propõe a este órgão, e convida a bancada parlamentar do Partido Socialista e do CDS/PP, se se quiserem associar claro, a elaborar um documento conjunto, de maneira a que se faça chegar às entidades competentes (Ministério da Educação / grupos parlamentares) estas nossas preocupações.

Queria só dizer que esta politica muito pouca credível, não nos dá garantias nenhuma de futuro, preocupa-me como jovem.

Esta demagogia populista, perante este desinteresse no bem-estar dos cidadãos, obriga-me a terminar ao contrário de como comecei, Saúde, Educação e Justiça está visto que não é para todos os partidos, pilares basilares do funcionamento da sociedade civil,



interessa muito mais investir em consultorias que analisem estados de populismo do sr. Primeiro Ministro.”

“Moção

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Exmo. Srs. Deputados da Assembleia da República,

Exmo Sr. Primeiro Ministro

A Escola EB 2,3 Campo de Besteiros, pertencente ao Agrupamento de Escolas de Tondela Tomaz Ribeiro, tem vindo a ser prejudicada no seu funcionamento regular, devido a problemas estruturais existentes nos respetivos edifícios.

Neste sentido a Assembleia Municipal de Tondela, reunida em sessão ordinária, no passado dia 22 de junho de 2018, aprovou a seguinte moção:

Não querendo colocar em causa em o normal funcionamento da entidade escolar, vimos comunicar ao Governo, como responsável máximo pela manutenção e reparação do edifício e dos equipamentos escolares as seguintes preocupações:

- a) Existência de placas de amianto na cobertura de dois pavilhões escolares;
- b) Infiltrações e chuva a cair dentro dos espaços fechados;

Pelo bem-estar da comunidade estudantil e docente da nossa região, vimos questionar o Governo para quando se prevê que haja intervenções nesta escola de maneira a dar as condições necessárias ao normal funcionamento.”

O membro Vera Machado continuou os trabalhos com a intervenção que se transcreve:

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e nele cumprimento os restantes elementos da mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados Municipais,

Senhores Vereadores, Comunicação Social



Preparei uma intervenção para o período antes da Ordem do Dia, não que não se enquadrasse em qualquer outro ponto desta Assembleia, pois a reflexão que trago aqui é transversal a qualquer temática, no entanto, e devido à sua amplitude parece-me enquadrar-se melhor neste tempo reservado aos partidos com assento neste órgão deliberativo.

Poderão acusar-me de falar de meras trivialidades, ou de querer trazer a este fórum manchetes popularuchas, mas desculpem desapontar-vos, a miscelânea de áreas sobre as quais pretendo que se reflita estão inevitavelmente ligadas e são, na minha perspetiva estrutural para aquele Portugal que todos sonhamos.

Passaram datas como o 25 de Abril, o 1º de Maio, o mês de Fátima, o ataque a Alcochete, os EUA saíram do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas e reuniram-se com a Coreia do Norte, e até a Seleção Portuguesa já joga na fase final do Mundial.

Dir-me-ão, mas o que é que estas datas e acontecimentos têm em comum? Qual é a ligação delas com a Assembleia Municipal, e consequentemente com a política?

Caros deputados,

Estes momentos têm a particularidade de nos ligarem pelos melhores e pelos piores motivos.

Estas efemérides, estes momentos, estas atividades, têm a capacidade de despertar em nós a paixão, a entrega, a pertença, uma emoção, uma mobilização extrema digna de comoção.

Mas há também o reverso da moeda, a violência, a suspeita, a corrupção, os esquemas, a opacidade tão característica de uma democracia que se apregoa e não se pratica.

E desculpem partilhar convosco esta preocupação, mas penso que é efetivamente uma preocupação que nos deve atormentar a todos.



A tentação daquele discurso incendiário, ofensivo, extremista, que incita comportamentos radicais, aquele que ouvimos a grandes líderes internacionais e que infelizmente começa a ser replicado em vários setores da nossa sociedade é um enorme perigo para a democracia.

É um perigo real, porque meus amigos, essa violência que começa nas palavras e que se ouve em conferências de imprensa recentes e quase em catadupa, mobiliza, galvaniza e arregimenta todos aqueles que estão sedentos de líderes que lhes provoquem emoções.

E onde estão os políticos e a atividade política?

Os políticos estão distantes, ou simplesmente não estão.

E não se iludam, porque lá fora há os políticos e há os outros, o povo.

E a distância é cada vez maior, pois infelizmente não somos capazes de mobilizar, a não ser que utilizemos aquela linguagem ofensiva e populista que incita o pior do ser humano.

Atrás da política vêm as manchetes, aliás se repararmos pormenorizadamente os partidos só têm tempo de antena se falarem de temas fraturantes, ou se os títulos forem:

“há suspeitas de corrupção e enriquecimento ilícito”...

“mais um arguido por suspeita de gestão danosa e tráfico de influências”...

E nós, os políticos, somos olhados pelos outros, pelo povo, por isto, pelo opaco, pela desconfiança, pelo descrédito.

Não estará a democracia em perigo?

Não estará nas nossas mãos credibilizar esta nobre atividade?

Senhores parlamentares,

Parece-me que é urgente acabar com esta divisão, não pode existir nós e os outros.



Deixo por isso o desafio já reiterado pelo líder do meu partido, o Dr. Rui Rio: é prioritário reformar o sistema político.

Temos que ser capazes de sentar todos os partidos e encontrar formas de trazer transparência e credibilidade à atividade política, permitindo que sejam conhecidos todos os interesses e todas as decisões tomadas pelos poderes públicos.

Temos de ter coragem para discutir a corrupção e o enriquecimento ilícito enquanto elemento atentatório à defesa do Estado.

Temos que estar disponíveis para ser próximos, honestos, sensíveis, capazes de dar aos outros o afeto e a confiança de quem está ali para servir.

E sim, talvez aí consigamos salvar a democracia e ter o Portugal que sempre sonhámos.”

Seguidamente, foi a vez do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo iniciado o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, restantes membros da mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Queria começar por cumprimentar os anfitriões e neste caso, obviamente, a junta de freguesia de Dardavaz e os responsáveis da ARCA, pelo facto de nos permitirem em estarem hoje aqui.

Foi bem termos feito esta visita. Tive oportunidade de atualizar aquilo que já conhecia da situação. Não visitei todo o concelho, visitei uma parte. Mas, hoje, fiquei com uma informação mais extensa e mais atualizada, quer aqui, quer no aterro, que já não visitava acerca de 10 anos. Fiquei com mais informação, o que é bom, porque permite-nos ajustar o nosso conhecimento e pensar para o futuro.

Em relação à proposta que foi apresentada, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem. De facto, não se avançou mais, porque o senhor deputado Jorge, infelizmente, esteve doente e não pudemos reunir e discutir. A questão, como sabem, pretende-se com duas questões: uma, porque é competência das autarquias fixar um valor de zero a não



zero da taxa; segundo, é o que se considera que se deve colocar em prática. Como, também sugeri e atendendo que não se trata de um assunto de urgência imediata, que o pudéssemos fazer para setembro. Acho que para além da não cobrança, que é cerca de 7 000€, como vimos no orçamento, que no montante global do orçamento, não é muito significativo. Mas, por outro lado, que se exija de facto que esse passe a ser um encargo dos operadores, porque como já uma disse e escrevi, é a mesma coisa que o padeiro que vem de Castro Daire e que cobra para além do valor do pão, um acréscimo para a ajudar no pagamento das portagens.

Uma questão sobre os enfermeiros que importa repor algumas questões, é obvio que a mim que me incomoda muito o Serviço Nacional de Saúde, que sempre defendi, portanto, acho que a situação necessita ser resolvida como deve ser. Nesse sentido, naquilo que é razoável, também estou disponível para reivindicar junto se quem decide que sejam formalizados os meios, se eles não se puserem. Mas, não vamos precipitar as coisas. Em relação à diminuição do número de enfermeiros, sem ser pelo efeito da aplicação, que vai ser faseada, do horário das 35 horas. Foi feito pelo Centro Hospitalar Tondela/Viseu um concurso de recrutamento para uma bolsa de recrutamento, o que quer dizer que o processo está adiantado. O que preciso é que os Ministérios da Saúde e das Finanças autorizem a contratação dos vinte enfermeiros. À medida que forem repostas as 35 horas, é obvio que tem de haver contratações. Alias as contas são simples, o Centro Hospitalar necessita entre 62 a 65 enfermeiros, em consequência da redução do horário, se forem todos para as 35 horas. Fico-me por aqui, porque é um assunto que deveria ser discutido com mais alguma profundidade, nomeadamente quando se verifica que a certa altura toda a gente acordou para fazer reivindicações, mas enquanto as coisas estiveram mais apertadas, enquanto pagavam 4€ por hora aos enfermeiros, não havia uma reivindicação tão forte daqueles que não eram enfermeiros, porque esses nem sequer se queixavam, por isso é que quase 2 000, recém-formados, emigraram, porque não tinham trabalho em Portugal. É de facto, um assunto que merece reflexão, porque é um assunto de importância para todos nós, portanto, estou disponível para discutir, quando quiserem, com outra profundidade e para se participar naquilo que se considerem razoável se as coisas não tiverem caminho.



Em relação à educação, prático pouco, mas não estou totalmente fora do assunto. Queria lembrar duas coisas, independentemente do entendimento que se dê a isso, o que o programa deste governo previa era o descongelamento das carreiras, não era a recontagem do tempo de serviço que não foi contado. Não estou a dizer que as pessoas não devam ter direito a esse tempo, é uma coisa diferente. Quem não conhece isso, às vezes pode falar de coisas, sem saber o que estamos a falar. São duas coisas diferentes. Uma é descongelar, dizer que a partir de um determinado momento o tempo que até aí estava congelado, para efeito de carreiras, que em parte é de um governo anterior, do PS, não esconde isso. A partir do momento que entrou em funções este governo, este tempo passou a contar para a progressão das carreiras. Mas o problema não pode ser só aos professores, é que quando se começa a falar em função pública, se se descongela para uns, tem de se descongelar para outros, e aí é que está a questão. Sou daqueles, professor de carreira, foi aí que comecei a carreira, embora tivesse acabado no topo da administração pública, portanto beneficiei de um estatuto de pessoal docente, aprovado por um governo do PSD, que alias os membros dos sindicatos, inclusive próximos do PSD, não acreditavam que fosse aprovar, mas foi, e que era um estatuto muito benéfico aos professores em relação à administração pública. E mais, com as evoluções que foram feitas, o estatuto dos professores portugueses não superior, que agora pior um pouco, era dos mais favoráveis do mundo, quando se contam o número de horas efetiva de docência, número de horas de permanência na escola, número médio de alunos por turma em Portugal, etc. Não quero estar aqui a falar nisso, porque levava a muito longe. Mas, este tipo de situações tem de ser ponderado e tem de ser ponderado os outros. Isto é uma discussão e sobretudo esta deveria ser feita com tempo, que não o que temos aqui. Quem vos está a falar é o autor essencial dos primeiros estatutos do primeiro sindicato de professores pós 25 de abril da região centro, está a falar-vos quem tem mais de 30 anos de ação sindical. Portanto, vão-me desculpar, sobre isso, sei alguma coisa. Sei como funcionam essas coisas e é obvio que os sindicatos têm obrigação de reivindicação e quem decide fará o que entender, de encontrar soluções, reivindicar aquilo que consideram o melhor para os seus associados. O problema é que isso tem de ser equilibrado, em termos sociais, com os outros. O grande problema que existe neste momento, com a recontagem do tempo de serviço, é que só os professores, se calhar, ainda se equilibrada, mas os outros



também têm direitos. É esta questão que deixava aqui, gostaria e gostarei muito de discutir isso, se for no ponto dos “Outros assuntos para o concelho”, que é para termos um tempo mais equilibrado no tempo de discussão. Muito obrigado.”

Seguidamente, interveio o membro Martinho Loureiro:

“Boa tarde a todos.

Cumprimentar a mesa, o senhor presidente da mesa da assembleia, senhor presidente da câmara,

Quero agradecer a receção que foi feita por parte da presidente da junta de freguesia de Dardavaz e a ARCA, que é um exemplo de resiliência cultural, numa terra pequena, mas com provas dadas, que por essa via são um fator de fixação de pessoas e de juventude numa terra que nós queremos que não desertifique.

Sobre a visita de hoje de manhã, que foi importante, mas referir a questão premente, que é a questão da organização do território e da reorganização da floresta que o nosso concelho deve prosseguir, deve encaminhar. Queria só, também e porque é uma área que me é cara, referir a questão do financiamento da ACERT. Remetia essa questão para aquilo que já foi dito na última assembleia municipal, por parte do nosso colega de bancada, Paulo Albernaz. E, queria, só lembrar duas questões que são fundamentais, acho que a ACERT deve continuar a reivindicar essas questões do financiamento, porque são bastante importantes, mas não podia deixar de referir que esta atribuição de subsidio foi feita com regras. Acho que foram inigualáveis ao longo de toda a vida cultural que o país tem tido, porque foi feito um regulamento que nunca tinha existido, onde os apoios foram muito mais vastos a nível nacional, mais de 80% a nível nacional. Foi feito um regulamento que esteve em consulta pública, durante algum tempo, não tendo havido contestação. Toda a gente concordou com esse regulamento. Houve muito mais candidatos, sendo mais abrangente a nível nacional. Houve mais projetos culturais que foram apoiados. Isso não há dúvida nenhuma. Toda a gente concorda. Relativamente aos métodos de apoio, também não houve nenhuma contestação. Todos concordaram com os métodos, que estavam corretos. Era aquilo que se pretendia.



Em relação à reapreciação do pedido que foi feito pela ACERT, julgo que também há uma questão legal, a da sobreposição do Ministério. Há júri independente que reapreciou o pedido, não podendo o ministério se sobrepor a essa comissão independente, que fez essa avaliação e apreciação.

Sou solidário com a ACERT. Sou sócio e sempre acompanhei os seus projetos. Julgo que esta questão deve ser encontrada, mas julgo que não podemos esquecer de forma nenhuma as regras que foram colocadas e que não foram contestadas. Muito obrigado.”

O senhor presidente da mesa propôs que as moções apresentadas pelos membros: Cristiana Ferreira e Guilherme Duarte fossem transitadas para o Ponto “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”, para permitir a possibilidade de discussão, o que a assembleia anuiu.

2.Período da Ordem do Dia

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, membros da assembleia, autarcas da freguesia de Dardavaz, Arca que nos acolhe e nos recebe hoje neste espaço, público presente.

Quero saudar a todos e acima de tudo demonstrar a importância que ações como esta, descentralizando-as. Mas acima de tudo, tivemos, hoje a oportunidade para poder ter um contacto mais próximo com as realidades que pudemos observar e identificar. Julgo que essa iniciativa teve esse mérito. Como certamente, termos uma assembleia proximamente, antes da ordinária de setembro, e essa irá realizar-se na freguesia de Lajeosa do Dão, pelo simbolismo que isso representa.

Começava por falar na taxa municipal dos direitos de passagem. Este assunto foi abordado na assembleia de dezembro de 2017, aquando da deliberação sobre as taxas.



Mas, julgo que hoje, se clarificou muito sobre o que podemos dar sobre este tema. O que está em causa não é a importância desta coleta, estamos a falar de cerca de 7 000€, mas está em causa um princípio. O que neste momento se regista, é que a Lei de execução orçamental falhou ao não ter regulado a aplicação desta taxa municipal. Por isso se nada ocorrer em contrário, a proposta que o município fará em próximo orçamento, é aplicar a taxa suspendendo-a até o governo faça a legislação para a devida aplicação. Caso contrário, estaríamos a beneficiar os operadores de telecomunicações, que no âmbito dos seus recursos e dos seus lucros, deveriam eles próprios pagar esta taxa.

Sobre o serviço nacional de saúde, versus, qualidade de saúde. Para não haver dúvidas para ninguém sobre procedimentos, o que hoje ocorre, num tempo onde não há austeridade, há uma redução efetiva, de novembro para cá, do número de enfermeiros no Centro Hospitalar Tondela/Viseu. Dez, destes enfermeiros concorreram aos centros de saúde. Daí resulta que da bolsa de recrutamento que está em vigor, e verdade seja dita o Conselho de Administração solicitou vinte profissionais para repor estes que saíram, e há vários meses espera pela autorização do Ministro das Finanças. Associado a isto, a redução para as 35 horas, que irá abranger um número significativo de enfermeiros, mais de oito centenas, só por força dessa redução levará à contração direta de mais de sessenta profissionais, para não aumentar as horas de serviço, mas para repor os ciclos de serviço. É isto que está em causa. Observe-se só um pequeno pormenor, a entrada das 35 horas, ocorre daqui a oito dias. Quem se compromete, tem de saber a responsabilidade das decisões em que se compromete.

Sobre cortes da DGARTES. Como sermos sócios e solidários, uma matéria exclusiva de alguns. Todos somos sócios e como se isso nos livrasse da análise política que tem de ser feita. Recordemos e recuemos à assembleia onde este assunto foi abordado. A tese do deputado Paulo Albernaz é simples, o dinheiro é todo ele de entidades públicas, se o Estado não pode, então os municípios que financiem. Precisa da ata para ler? Senhor deputado? Vamos ser objetivos, a ACERT tem uma produção. É a primeira entidade no top das reduções das DGARTES. Mas, agora percebemos porquê. É que na opinião do senhor deputado, só se deve as regras, ao regulamento e ao júri, que não foi contestado.



Isto é, a responsabilidade é da ACERT, porque não soube contestar as regras, o júri e o procedimento.

Vamos ser realistas e deixar de demagogias. Objetivamente, nunca nem no tempo da Troika, a ACERT teve uma redução tão significativa como aquela que hoje ocorre. Tudo o resto são elações mais ou menos construídas para justificar o que é objetivo. A frieza dos números é esta. Podemos ter todas as razões para criar argumentações. A ACERT é a entidade que está no top da lista da DGARTES. Dados oficiais da DGARTES.

Acrescentaria eu que o que a ACERT pretendia, não era um reforço, era atenuar o corte. Por isso, não terei dúvidas em dizer que é uma questão política, uma questão ideológica e de princípio que fere uma estratégia de desenvolvimento cultural da nossa região. Razão pela qual, e não querendo tomar outro partido que não seja o que foi aqui discutido. Mas, o município não terá posição pública sobre esta matéria, enquanto não for esgotado até ao limite toda a diligência institucional e formal, que deve fazer. Porque, entende que as pessoas têm de ser responsabilizadas pelas decisões que tomam.

Sobre a cobertura da escola básica de Campo de Besteiros e de Tondela, ambas têm estruturas de fibrocimento. Mas é bom lembrar de quem é essa responsabilidade. O município não tem, nem nenhum outro, que se substituir ao Estado nas suas obrigações. Como é sabido, a intervenção que estamos a fazer na escola secundária de Tondela resulta de mapeamento no Pacto de Coesão e Desenvolvimento. É um contrato específico para aquela obra, com dinheiros comunitários e em que para a contrapartida nacional dos 15%, nem aí o governo a satisfaz na totalidade. Portanto, há dois caminhos: injeção de dinheiro por parte do Ministério da Educação ou reforço de fundos comunitários.

Queria, por isso deixar estas notas e fazer uma consideração que me parece oportuna, sobre as matérias associadas à questão programática, que a Vera aqui trouxe, sobre: “que democracia nós queremos construir ou que democracia permitimos que seja construída”. De facto, a democracia e o modelo democrático, não é um direito em si mesmo, é um direito que tem de se conquistar de forma permanente e por isso linguagens populistas, construções facciosas, ensaios de muita ficção, que se vive em todos os patamares, não é só nos partidos ou na esfera nacional, também na esfera local isso



acontece, são verdadeiros atentados à democracia, porque são indutores de falsas leituras ou de falsas realidades. O maior ataque que pode haver à democracia é não darmos instrumentos para que a verdade seja em cada momento o alicerce do nosso pensamento.

De seguida, o presidente da câmara municipal continuou a sua intervenção passando, de seguida, para a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 2 e 3), acompanhado pela visualização das atividades decorridas desde a assembleia de abril até à presente data.

O membro Jorge Batista interveio, de seguida, com as intervenções que se transcrevem:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da CMT

Senhores Vereadores

Senhores Deputados

Senhoras e Senhores

Novo regime de arborização e rearborização

Foi publicado em Diário da República (**Lei n° 77/2017**), um diploma que pretende travar a expansão do eucalipto em Portugal e evitar a contínua devastação das florestas portuguesas provocada pelos incêndios florestais e em que o nosso município foi tragicamente afetado no ano passado. Esta lei vem travar a "Lei do Eucalipto Livre" (Decreto 93/2013) e promover as espécies autóctones.

O objetivo deste novo Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização não é impedir a plantação, nem sequer reduzir a área de ocupação florestal do eucalipto, mas apenas travar a expansão de eucalipto. Na minha opinião devia ser um regime mais ambicioso se tivesse como objetivo reduzir a taxa de ocupação do eucalipto na área florestal e que cresceu segundo o Instituto Nacional de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) milhares de Hectares desde 2013 ocupando atualmente 9 % do território nacional.



Com a nova lei a plantação de eucaliptos irá ficar **dependente de um projeto e de uma autorização prévia**. Ações de arborização com espécies do género ‘Eucalyptus’, serão apenas permitidas quando a ocupação anterior dos terrenos constitua um povoamento puro ou misto dominante. É ainda proibido **plantar eucaliptos em áreas ardidas ocupadas por outras espécies** anteriormente.

Diz o Artigo 4.º desta lei que estão sujeitas a autorização do ICNF, I. P., todas as ações de arborização e rearborização com recurso a qualquer espécie florestal, sendo que o eucalipto tem um tratamento especial. O pedido de autorização é feito a partir de uma plataforma eletrónica e é partilhado com outras entidades entre as quais a CCDR e os municípios. Ainda segundo Artigo 17.º, a fiscalização e controlo da aplicação e do cumprimento decreto-lei compete ao ICNF, I.P., à Guarda Nacional Republicana (GNR) e às demais entidades fiscalizadoras competentes, bem como aos municípios.

Pelo interesse de todos nós para que a tragédia do outubro não se repita, e no que diz respeito às competências dos municípios, e neste caso refiro-me concretamente ao nosso, pergunto ao senhor Presidente da CM qual é o procedimento ou plano de ação, ou calendarização de atividades que o executivo tem definido para monitorizar a gestão da floresta do nosso Concelho? Isto é: de que recursos humanos, e não só, é que dispõe, ou com que entidades é que colabora para assegurar que numa zona de carvalhos ou castanheiros não se vai transformar num eucaliptal. Ou ainda: quando uma arborização ou rearborização é feita cumprindo os requisitos legais, à partida as pessoas que o pretendem e os lugares estão identificados. Parte-se do princípio que se está a agir de boa fé. Mas não devemos confiar muito, por isso pergunto agora: quem é que vai ao local confirmar que determinada área florestal cumpre os requisitos? Ou pior ainda: se alguém decidir florestar sem o conhecimento das autoridades? A CMT dispõe de meios técnicos, mapas, cadastros que lhe permitam identificar que em determinado local houve uma plantação ilegal?

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da CMT

Senhores Vereadores



Senhores Deputados

Senhoras e Senhores

Rede de saneamento básico

Sr. Presidente. Na Assembleia de Freguesia de dezembro em Lobão da Beira apresentou-se, discutiu-se e aprovou-se o orçamento para o ano de 2018. Numa breve análise ao documento que nos foi entregue constatei que não estava inscrito nenhum valor na rubrica águas, esgotos ou saneamento. Questionei então o senhor presidente da JF se havia algum projeto em curso que contemplasse a requalificação da rede de saneamento básico em Lobão da Beira. E o senhor Presidente da Junta respondeu com uma pergunta:

“Vês algum valor nessa rubrica?” Seguidamente encolheu “laconicamente” os ombros.

Não estava à espera de uma **“não resposta”**.

Sabendo que é uma preocupação do município na pessoa do Sr. Presidente José António de Jesus que já o manifestou em órgãos de comunicação social que o Município a que preside não deixará de assumir a sua responsabilidade neste domínio onde é “necessário continuar a investir”, admitindo problemas em algumas ETARs, explicando que alguns equipamentos já foram construídos há duas décadas e que por isso estão obsoletos e no final do seu ciclo de vida, que não estão dimensionados para o atual número de pessoas e entidades.

Posto isto Sr. Presidente, pedia-lhe aqui que nos desse conta do plano de atividades da CMT para este mandato no que diz respeito à Rede de saneamento básico do Concelho. E refiro-me planos e projetos concretos para o concelho, onde, o quê e quando. E já agora, sem prejuízo de outras freguesias, pedia-lhe se referisse concretamente a Lobão da Beira, não esquecendo Canas de Santa Maria cuja ETAR junto à ribeira de Lobão, rio de Várzea, se encontra muito poluído.

Aproveito ainda esta oportunidade para abordar uma noticia publicada pela JF de Tondela nas redes sociais dando conta de que as águas da praia fluvial de Nandufe estavam impróprias. Pergunto ao Sr. Presidente da CMT que ações estão definidas para



apurar as causas do estado da água do rio de Nandufe e outros, e que medidas pretende tomar para prevenir que situações destas voltem a ocorrer.

Obrigado.”

O membro Rui Santos continuou os trabalhos:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, mesa.

No primeiro quadro do relatório financeiro, estão previstas receitas de capital de mais de onze milhões de euros. No entanto, a execução até agora é de cerca de seiscentos mil euros, com um desvio de execução padrão, negativo de mais de quarenta por cento. Gostaria de saber qual é o motivo que existe.

A Câmara participou e bem no desenvolvimento do plano para as alterações climáticas, no âmbito do estudo da CIM. Portanto, existe um plano municipal, que suponho que até seja um modelo, na medida em que os outros não o elaboraram. Gostaria, se ele existe e está disponível, de ter uma cópia desse documento, porque acho que se trata de uma situação muito importante e ligado a questões, como é o caso do problema da água, questões que devemos estar preparados.”

Seguidamente, interveio o membro José Manuel Mendes:

“Boa tarde a todos. Antes de mais, queria cumprimentar: o senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhora presidente da junta de freguesia de Dardavaz, todo o executivo e assembleia de Dardavaz, membros da assembleia.

Deixar, aqui, uma palavra aos meus antigos companheiros, anteriores presidentes da junta de Dardavaz, de saudade e de regozijo por terem trabalhado comigo e serem uns fieis companheiros.

Cumprimentar a todas as pessoas da freguesia de Dardavaz. Agradecer à ARCA, por nos receber nestas instalações maravilhosas.

Não é um agradecimento, mas sim um reconhecimento pelo facto do senhor presidente nos ter trazido até esta freguesia. Freguesia, como todos sabem, foi flagelada pelo incêndio de outubro. Como já tive de o dizer noutras intervenções, não estive, mas



quando tive conhecimento e oportunidade, efetuei uma chamada de atenção e verifico que todas essas recomendações estão em andamento. Quero felicitar o senhor presidente da câmara e o seu executivo pelo trabalho que têm vindo a desenvolver. Pelo que acabamos de ver, verificamos que temos pessoas que estão à frente dos destinos do concelho que estão a corresponder às expectativas que depositamos neles. Como cidadão e como autarca o meu reconhecimento à câmara municipal. Muito obrigado.”

O membro Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção, que se transcreve:
“Reitero os cumprimentos,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, neste período da Ordem do dia começar por parabeniza-lo pela forma serena, objetiva e sobretudo responsável como está gerir este processo relacionado com o movimento associativo.

Perante a tragédia de Vila Nova da Rainha, e com todas as consequências dramáticas para a nossa comunidade, o executivo desencadeou uma ação impar e quase hercúlea, de visitas e avaliações no extenso número de associações existentes no território.

De uma forma discreta, sem holofotes e em permanente diálogo com as diferentes entidades intervenientes, a Câmara Municipal tem hoje um diagnóstico claro, quer do ponto de vista das intervenções, quer do ponto de vista orçamental, de todas as ações a desencadear para que todas as instituições possam operar e organizar iniciativas para a sua comunidade respeitando todas as regras de proteção de edifícios contra incêndios.

Estamos a falar de mais de meio milhão de euros que será investido nas nossas coletividades.

Alguns dirão que esta é apenas mais uma das funções do poder autárquico, e aí eu direi que sim.

Mas penso que será muito mais do que isso, porque ao invés de uma enorme propaganda e de uma gabarolice pacóvia de quem depende dessas ações para se afirmar enquanto ator local, o executivo optou por de forma discreta encontrar uma solução para aqueles que são realmente os problemas das pessoas, em particular de todos aqueles que



de forma voluntária e abnegada lideram estes espaços que ainda garantem uma réstia de vida nas nossas aldeias envelhecidas.

A solidariedade com todos os dirigentes associativos, garantindo que não será por falta de apoio que abandonarão essas funções é de uma grandiosidade exemplar, é o garante que o movimento associativo é e será um elemento estrutural no desenvolvimento coeso e sustentável do nosso concelho.

E Senhor Presidente, dizer-lhe ainda que felizmente para Tondela, tem tido uma agenda muito preenchida. As nossas instituições, as nossas autarquias, a nossa comunidade tem mantido o padrão de pró-atividade que a todos nós só pode orgulhar.

Falo de inúmeras iniciativas que se desenrolaram desde Abril data da última Assembleia e que diferenciam de forma meritória o concelho.

Dos Festivais de Folclore, às festas populares no nosso movimento associativo, do Dia da Criança às Feiras de Antiguidades e Velharias, entre outras.

Ainda no campo das atividades salientar o Dia da Gastronomia realizado em Maio no Mercado Municipal, e relativamente a esta iniciativa deixar o desafio de encontrar um modelo mais arrojado para esta comemoração. Poderá passar por um mercado com oferta de produtos de valor acrescentado, por um espaço de restauração ou até experiências gastronómicas protagonizadas por especialistas em iguarias com produtos endógenos.

Realçar também a soenga realizada em Molelos, um momento que concilia a tradicional cozedura de barro, com modernidade dos oleiros que apresentam hoje peças de design inovador e exclusivo.

Outro facto digno de registar é a subida dos Juniores do Clube Desportivo de Tondela ao escalão principal do Futebol Português. É uma prova inequívoca do valor dos nossos dirigentes associativos e dos nossos atletas.

Para terminar, e porque efetivamente implica um grande esforço para a Câmara Municipal e um empenho brutal das nossas associações, queria deixar uma palavra de grande apreço para todos os que tornaram as Marchas de Santo António uma realidade.



Pessoalmente não é algo que me dê um entusiasmo vibrante, gosto de apreciar os pormenores, e gosto sobretudo de observar a alegria de quem assiste e o orgulho de quem as torna possível.

Há uns anos nesta casa discutia-se o facto de a apresentadora ser mais ou menos mediática, se seria ou não importante para o evento. Felizmente hoje, é um facto consumado e sem dúvidas é uma boa estratégia de promoção e de atração de espetadores.

Os anos passaram, o evento consolidou-se, o modelo mantém-se e a discussão é sobre o facto de as cadeiras não serem alcatifadas.

Grave Senhor Presidente da Câmara.

Parece-me de bom-tom que na próxima edição termine com esse modelo de bancadas indiferenciadas e fale com a Comissão de Festas para colocar cadeirões devidamente ornamentados, dignos de todos aqueles que indiscriminadamente se sentavam sem convites e também para todos aqueles que fruto do estatuto das suas funções passem a ser alvo de invitations personalizadas.

E não se trata de algo irónico, eu sou é pouco adepta das formalidades, felizmente valorizo de sobremaneira a materialidade das ações e das coisas.

E caros deputados fica o conselho, essas formalidades, em particular as que se relacionam com legalidade e bom senso devem ser sempre cumpridas, independentemente do local ou posição que nos encontremos.

Sempre ouvi dizer que nas costas dos outros vemos as nossas, e é bem verdade, não podemos acusar os outros de trauliteiros, de não cumpridores, e a cada momento, sob uma capa de vitimização rebuscada esquecermos a forma como o fazemos em nossa casa, e são alguns os exemplos que vão surgindo desse género.”

O senhor presidente interveio:

“O Jorge Batista trouxe, aqui, uma questão, Decreto-Lei 77/2017. O problema que aqui está mais relevante, não é um problema de plantações, porque de facto toda a citação dessa lei, tem a ver com plantações e não permitir que haja uma alteração da ocupação do



uso de solos. O problema nuclear é a dita regeneração natural e espontânea que não está a preservar as espécies existentes e está a adulterar de forma irremediável aquilo que é a utilização de solo. Nós podemos ter as melhores leis do mundo, se não as fiscalizarmos o grau de eficácia dessas leis é muito reduzido. De facto, entendo que é determinante que o ICNF, por um lado, por outro lado, o reforço que se espera e essa é a convicção de senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, dos ditos guardas florestais, seja rápido, para que as operações de fiscalização de rearborização sejam de facto observadas, porque em muitos dos casos o problema não está nos projetos, está naquilo que é ou não executado. A nossa preocupação, mais do que as operações de rearborização são as regenerações ditas naturais, que não são plantadas e que estão a levar à alteração do uso do solo, ainda que de “forma natural”.

Sobre as estratégias no domínio do ambiente, elas já foram aqui por várias vezes partilhadas, em primeiro lugar e desde sempre em articulação com os senhores presidentes das juntas, mas a primeira nota que importa realçar é a seguinte, há um ano a esta parte, o município pela circunstância de precisar de uma resposta imediata, tem um trabalho articulado com uma empresa prestadora de serviços. Quatro das ETARs, nomeadamente a da Zona Industrial, a ETAR de Tondela, a ETAR da Lajeosa e a de Campo de Besteiros estão a ser, nesta fase, acompanhadas por equipa multidisciplinares que envolvem as partes de eletromecânica, analítica e operacional e por isso os resultados são hoje muito satisfatórios.

Faz parte do nosso plano de atividades e orçamento uma candidatura ao POSEUR que engloba as seguintes obras: a de Caparrosa/Caparrosinha, Fial /Caparrosinha, que está em curso; a de Naia/Valverde, que está em curso; a ligação do Carvalhal de Mouraz e de Mouraz à ETAR de Couço, cujo projeto está a ser concluído; a ligação de Várzea ao Borrhalhal para abastecimento de água; a nova ETAR da ZIM do Lajedo e a conclusão de captação/adução / reservatórios / distribuição e toda a rede que falta executar na Vila do Caramulo. Esta candidaturas estão no quadro do POSEUR e estão a ter a sua evolução e esperamos que rapidamente se conclua.

Neste momento, municípios de Tondela, Carregal do Sal, Santa Camba Dão, Mortágua e Tábua estudam a possibilidade de constituir uma estrutura intermunicipal de



natureza pública que permita financiar os próximos investimentos. Por opção política, o atual governo determina ao POSEUR que os municípios só possam fazer candidaturas para obras de qualificação ou de melhoria da rede de tratamento de água residuais se tiverem dimensão por si ou agregados. Essa dimensão ronda 80 a 100 mil pessoas. Neste momento, o município está impedido de apresentar candidaturas, se não se agregar. Desta agregação deverá constar investimentos para um ciclo de cinco anos. Esses investimentos estão identificados. Desde logo, temos o projeto executado. Custa um milhão de euros a requalificação da ETAR de Molelos. Não há dúvidas qual é a primeira prioridade. Este projeto existe e está fechado. Incluirá também a desativação, através de uma elevatória, da Ermida para Molelos. Depois há uma área considerável, que tem a ver com Múceres, Cortiçada, Vale, Barreiro, eventualmente Borralhal, que terá de ser pensado este sistema, se como um todo, se de forma faseada. Haverá o sistema de Lobão da Beira, que temos mais ou menos desenhado. E o sistema de Santiago de Besteiros, para além de outros sistemas como sejam remodelações de Vila de Rei, Figueiral, Janardo, núcleo central de São João do Monte. Isto é, estes pequenos núcleos também terão de ser desenvolvidos. Para estes, ainda não existem, nesta primeira fase, projetos desenvolvidos, porque está em causa a constituição desta estrutura intermunicipal.

Deputado Rui Santos, estas receitas de capital estão associadas a fundos comunitários. De facto, e temos de o reconhecer, já o disse não é novidade nenhuma, temos quase como um ano zero, este ano. Porque aquilo que tínhamos projetado está pelo menos com sete meses de atraso. Explico-me com três obras. Frente Ribeirinha, 1,2 milhões de euros, neste momento estamos à espera do último parecer da APA, para avaliação. Parque tecnológico, quase dois milhões de euros, irá em princípio à próxima reunião de câmara para abertura do concurso público. ZIM de Tondela, como já disse estavam previsto 2,5 milhões de euros, mas com este novo sistema de combate a incêndios irá ultrapassar os 3 milhões de euros. Só nestas três obras, identifico mais de seis milhões de euros. Obras que, hoje, já deveriam estar em execução. As receitas que estamos a falar são receitas de capital, para investimento.

Plano Municipal às Adaptações Climáticas, o município de Tondela foi o primeiro da CIM a integrar este consórcio com outros 27 municípios. O plano existe e podemos



facultá-lo, aliás até publicá-lo, até me parece oportuna a questão. É um plano que aponta para um conjunto de medidas e de metas, nomeadamente de combate à erosão e de retenção de água, que esperamos em sede de POSEUR venham a ter acolhimento.

Devemos ser justos, reconhecer aquilo que corre bem e o que corre menos bem. Mas de facto, neste momento julgo que no computo geral o que temos feito nos últimos sete meses, no pós incêndio, na circunstância de extrema gravidade que se vivia, com muitas dificuldades para muita gente, é um caminho que nos leva a ter esperança para dar rapidamente a resposta adequada a todas estas inquietações. Não foi só uma calamidade que aconteceu, tivemos duas calamidades de naturezas diferentes, mas com impactos sociais muito fortes na depressão coletiva, na incapacidade de reagir perante a adversidade e isso poderia ser uma fatalidade, mas acho que todos sentimos o conforto e a coragem para saber ultrapassar essas dificuldades. Por isso registo, agradeço e sublinho esse conforto, que é sempre tão necessário quando nos sentimos em frente à realidade de quem temos de ajudar. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio:

“Não fiquei esclarecido. Suponho que as transferências para as autarquias correspondem a duas parcelas, correntes e de capital. Não me parece e atendendo ao volume global do orçamento, que o montante das receitas de capital até hoje, nestes seis meses, que só haja cerca de seiscentos mil euros de transferência. Por isso, acho que pudesse haver um erro. “

O senhor presidente disse que iria avaliar se existe ou não algum erro de transcrição.

2.2 Análise, discussão e votação da declaração de interesse público municipal de exploração avícola

O senhor presidente da câmara explicou que se tratavam de um processo de regularização, no âmbito de produção avícola e devidamente instruído.



Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Cristiana Ferreira, Alfredo Cabral, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Ventura Gonçalves, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho

2.3 Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Tonda

O senhor presidente da câmara informou que se tratava de um contrato de delegação de competência, porque visava um alargamento de uma rua, que é de domínio público, logo de competência do município. No caso concreto o mesmo era para aquisição de pedra para construção do muro de suporte dos terrenos, em consequência do alargamento da estrada.

Não havendo mais intervenções, colocado à votação, o contrato interadministrativo de delegação de competências foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Cristiana Ferreira, Alfredo Cabral, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Ventura Gonçalves, Paulo Bizarro e Francisco Coutinho.

2,4 Análise, discussão e votação da 3ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezoito

O senhor presidente da câmara explicitou:



Cláudio
R
D7

“O facto de quando apresentamos o orçamento, por ser um documento estrutural, normalmente faz-se acompanhar de um relatório que evidência quais são as opções estratégicas. Nas revisões não é necessário, mas sinto a obrigação de as partilhar convosco. O que está na base desta revisão, em primeiro prende-se com a ecopista, já tinha trazido a esta assembleia a celebração de um contrato interadministrativo para delegação de competências à CIM, à luz da qual se transferia a competência de requalificação da ecopista, nomeadamente desde Valverde até Santa Comba Dão. Era suposto que a CIM fosse a dona da obra, por delegação dos municípios. De facto, naquele momento, supunha-se que fosse acionado o fundo de emergência municipal. Nas anteriores calamidades, por exemplo o incêndio de 2013 no Caramulo, o governo decretou a calamidade e conseqüentemente abriu um fundo de emergência municipal. O município de Tondela fez uma apresentação de projetos que gostaria, nestas circunstâncias, ver financiados nesse fundo. Nesses projetos estava incluído: os rails de proteção, que foram estimados em cerca de meio milhão de euros; pavimentos degradados em consequência do incêndio, no valor de cerca de um milhão de euros; substituição de sinalética; substituição de placas identificativas de povoações; recuperação de equipamentos ou infraestruturas municipais, onde estava incluída a Anta da Arquinha da Moura, Estação da Arte Rupestre de Molelinhos, Ambientes do Ar de Souto Bom, alguns equipamentos em zonas de lazer (Ferreiros, Dardavaz, Caparrosa). Um conjunto significativo de investimentos que representam 2,5 milhões de euros. A CIM também fez a sinalização deste investimento para toda a ecopista, que representaria à volta de 850 a 900 mil euros.

Em 2013, o incêndio aconteceu em finais de julho. A 16 de setembro, estava acionado o fundo de emergência municipal, que nos permitiu aceder, no caso concreto, a apoios para a recuperação de caminhos, linhas de água, aquedutos.

No incêndio de Pedrogão, poucos meses depois, estava acionado o fundo de emergência. Os municípios abrangidos candidataram-se ao fundo.

Perante a calamidade que ocorreu na zona centro no dia 15 e 16 de outubro, Bruxelas disse que estavam muito sensibilizados, pelo que disseram que iriam acionar o Fundo de Solidariedade da União Europeia. Chegando-se a falar de cerca de cinquenta



milhões de euros. Perante isto, o Estado Português disse que neste caso já não necessitariam de acionar o fundo de emergência municipal. O problema é que volvidos oito meses, ainda não há um cêntimo do Fundo de Solidariedade da União Europeia. Ora até hoje, quando o Fundo de Solidariedade da União Europeia foi acionado foi para calamidades associados a cheias, tendo sido a última vez na Madeira, pelo que o regulamento não está adequado para situações de emergência pós incêndios. Neste momento objetivamente, sabemos que dos valores que identificamos alguns não vão ser ilegíveis no Fundo de Solidariedade da União Europeia. Tudo aquilo que possa vir a ser, ainda não sabemos quando. Mas, há algo que já sabemos, é que as CIMs não podem ir ao Fundo de Solidariedade da União Europeia. Ora, por essa razão, o que tínhamos feito até agora com base nas indicações da CCDR, temos de reverter e anular e dizer que a obra não pode ser feita pela CIM, tem de voltar a ser feita pela câmara. Por isso, temos de introduzir na revisão orçamental a abertura do projeto de requalificação da ecopista. Estando já o projeto feito pela CIM, é nosso propósito de imediato instruir o procedimento para que rapidamente se coloque a obra em concurso. Iremos fazer parte da obra, na área do nosso concelho. Proximamente traremos à assembleia municipal a anulação do contrato de delegação de competências.

Segundo ponto desta revisão, tem a ver com o parque habitacional. O incremento da velocidade como estão a ser gerados postos de trabalho no nosso concelho, está a tornar cada vez mais urgente a deslocação de pessoas de outros concelhos para aqui viverem. São dados, não é o presidente que quer dizer que o concelho está na moda. Por várias razões, umas de natureza de marca do território, outras por criação de facto de postos de trabalho que estão a acelerar muito aquilo que era previsível. A forma que nós temos de acompanhar o crescimento da economia tem que necessariamente que acompanhar o crescimento da oferta do parque habitacional, pese embora que a ação das imobiliárias que estão a fazer e que se nota. Mas o que é um facto é que ainda não temos capacidade de resposta, apesar de alguns projetos privados estarem a arrancar. Mas, não é suficiente, temos de complementar a oferta. Por essa razão, entendo necessário que temos de abrir dois campos: um no capítulo da regeneração urbana podermos adquirir e requalificar alguns espaços de dimensão consideráveis e por essa razão acionar o IFRU. Isso permitir-



nos-á construir pequenos estúdios, muito focados e dirigidos a altos quadros ou a alunos que estejam a fazer doutoramentos. Porque, hoje estas empresas começam a ter aqui pessoas a fazer doutoramentos e precisamos de alojamentos para essas pessoas. Mesmo assim, se isso é importante, é importante termos a oferta de habitação a custos controlados, com sistema de renda apoiada. el, nomeadamente dentro da cidade podem ser uma mais valia para esta estratégia Não temos parque habitacional neste domínio. Aí o país tem um problema, não tem praticamente nenhum operador a desenvolver projetos em habitação de renda acessível, a não ser na estratégia que foi montada para Lisboa, que passa por Lisboa se substituir ao privado, comprar ou entrar no mercado de arrendamento e depois transformar em renda acessível.

No nosso propósito, é que numa área que o município tem em frente à biblioteca municipal, de 11 250m², possa lançar mão de uma grande operação faseada de habitacional de renda resolúvel ou renda apoiada. Isto leva-nos a abrir em sede de orçamento estes dois projetos: quer a opção de aceder ao IFRU e lançar mão de habitação de custos acessíveis.

São estes três projetos que nos levam a fazer a revisão orçamental. Muito obrigado.”

O membro Jorge Henriques interveio:

“Senhores presidentes, membros desta casa.

Dizer apenas, que o Grupo Parlamentar do PSD favoravelmente esta revisão e que nos apraz registar de forma bastante viva que é bom ter um executivo camarário que permanentemente olha para a exigência do futuro e que ao contrário de outros, olhando sistematicamente para o saudosismo do passado. É bom saber que Tondela tem um parque empresarial que é referência na região e que é motor e catalisador de atratividade de pessoas que aqui se querem fixar e que coloca esta emergência de construção, quer de privados, quer por parte do executivo, através do IFRU.



Também saudar o senhor presidente da câmara por lançar mão e desde já da reabilitação da ecopista, porque também é motor de desenvolvimento, desde logo turístico da nossa região. Muito obrigado”.

O membro Rui Santos interveio, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, mesa, caros deputados.

Não era para fazer nenhuma intervenção, mas quero dizer ao senhor deputado Jorge que é altura de não andarmos sempre a falar dos outros. Parece que há umas pessoas indefinidas que são uns “malandros” que andam para aí a levantar algumas questões. Só queria lembrar, se estamos a falar dessas questões, porque leram com certeza, que dos programas do Partido Socialista fazia parte uma proposta de construções de habitação a custos controlados pelas várias formas. Aliás, saúdo a questão da reabilitação urbana, como em relação ao próximo ponto faremos na mesma. Iremos votar favoravelmente esta proposta de revisão. Quero dizer e reforço o senhor presidente da câmara, fico muito satisfeito, porque da nossa região, de facto Tondela é o concelho que não tem as maiores empresas, mas tem provavelmente no conjunto as empresas tecnologicamente mais evoluídas. É obvio, que se torna mais importante fazer coisas destas, por uma razão simples, começamos a desenvolver um cluster em determinadas áreas e isso potencia a fixação de empresas associadas e do mesmo tipo. Neste momento, isto favorece a atratividade. Uma das coisas que se verifica neste momento, e como se lembra nós defendemos na questão da taxa de IRS, tem a ver exatamente com o favorecimento da fixação. Esse é um problema que nós temos. Os nossos concelhos do interior infelizmente, se não houver uma mudança significativa, continuaram inevitavelmente a desertificar-se. Todas as estratégias que forem usadas para aumentar a capacidade de fixação e de atração tem de ser saudadas e potenciadas ao máximo. Não tenho dúvidas em reconhecer isto, podemos estar em desacordo em relação a outras. Quando há situações que são obvias de interesse, eu não levanto questões, se estão coloridas de laranja, de vermelho ou de azul. Interessam-me as pessoas.



Cláudio
R
M

Relativamente ao ponto seguinte, a requalificação do Caramulo, porque a situação é do mesmo tipo, zona com outras características, só terei uma pergunta a fazer, quem é que elaborou o projeto? Já houve uma aprovação anteriormente e que acabou por não se concretizar.

Há duas máximas que quero aqui dizer, que são a minha perspetiva. Primeiro, quando disputo o poder político, faço porque entendo que ter o poder na política, não é para ter poder sobre as pessoas, é para ter poder para resolver os problemas das pessoas, esta é determinante. A segunda, é uma citação do Miguel Torga: “Quem faz o que pode, faz o que deve”.

O membro Jorge Henriques voltou ao debate:

“Senhor Dr. Rui Santos.

Obviamente estamos de acordo quanto ao exercício do poder político, é e deve ser de todos os eleitos locais, em primeiro lugar, para as pessoas. Discordamos, só relativamente a um pequeno detalhe, em relação à questão do IRS, não sou um fiscalista, mas duvido da amplitude dessa medida, porque na nossa franja populacional que irá pagar IRS, tenho algumas dúvidas que essa medida possa ter alguma repercussão.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Registo a concordância e a convergência da estratégia. O fim em causa tem de ter uma razoabilidade, que nos leva a este caminho. Queria reforçar e precisar, para que não haja dúvidas no futuro, se no domínio da regeneração e da conversão habitacional, via IFRU, há operadores, quem seleciona os bancos para esta operação, não é o município. Há três entidades bancárias que estão selecionadas pelo IFRU, as quais o município irá consultar e que trará eventualmente a uma assembleia extraordinária, relatórios de intenção sobre isto. No domínio da habitação acessível, a custos controlados ou a preços que sejam enquadrados naquilo que é os valores com o exercício familiar, hoje há uma forte dificuldade em encontrar empresas que estejam a operar no mercado.

Citou Miguel Torga e dizer “que quem faz o que pode, faz o que deve”. Mas, tenho de reconhecer que por vezes gostaria de fazer muito mais do que aquilo que posso.”



Handwritten signature in blue ink, possibly 'Cecilia' or similar, with initials 'SR' and 'MS' below it.

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho

2.5 Análise, discussão e votação da delimitação da ARU do Caramulo

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Quem fez o projeto da ARU do Caramulo foi uma empresa designada por Território XXI. O município procura encontrar diferentes parceiros para os diferentes projetos. Na área do PDM trabalha com a empresa Lugar do Plano. Após a aprovação desta ARU, temos de caminhar para a construção da ORU do Caramulo tal como em Tondela. A ARU de Tondela foi constituída para a candidatura ao PEDU. É esta empresa que está a trabalhar nas ORUs. Já tínhamos definido uma ARU para o Caramulo, que não teve o seu plano de execução, por razões que tem a ver com o ajustamento num plano estratégico de turismo. Em todo o caso, não deixo de sublinhar que se expetativa que esta ARU, um ex. senatório degradado de grandes dimensões possa ser objeto de aquisição e de reconversão para habitação.”

Seguidamente, interveio o membro António Ferreira:

“Senhor presidente da mesa, senhor presidente da câmara, membros da mesa, senhores deputados.

Felicitar pelo que acabou de dizer. Todos percebemos o problema do Caramulo e de alguns edificios que ali estão devolutos. Muito obrigado”

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues,



Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

2.6. Outros assuntos de interesse para o concelho

O senhor presidente da mesa, iniciou o ponto, com as moções entregues no período antes da ordem do dia, pelos membros Cristiana Ferreira e Guilherme Duarte, tendo efetuado a leitura da 2ª moção, em virtude de ter sido remodelada.

O membro Rui Santos interveio:

“Senhor presidente da mesa, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

O que está em causa são as moções e não intervenções que foram feitas, não é assim? Deste modo, propunha à Dr.ª Cristiana que fosse retirado duas palavras: “por isso”, percebemos porque é que estava o “por isso”, mas referia-se a uma intervenção feita, que não faz parte da moção. Se concordam que se retire, cá estaremos e votaremos favoravelmente.

Em relação à escola, não temos nada a objetar que a escola se requalifique. Alias, tenho algumas dúvidas, sobre as estratégias seguidas por alguns governos anteriores, a começar por um governo do Partido Socialista, e que chamou extinção às Direções Regionais de Educação e estamos hoje a pagar isso, em termos de conservação. A ideia da Parque Escolar, foi tão abandonada e tão criticada pelos senhores, até que perceberam e alguém da Comunidade disse para estarem calados. A ideia da Parque Escolar era no início uma boa ideia, da forma como foi configurada. E os concursos que tanto criticaram, foram feitos daquela forma com o acordo da Comunidade, esqueceram-se foi de perguntar. Os concursos de reabilitação, na altura, se não fossem feitos com base numa legislação especial, que foi feita com o acordo tácito da Comunidade, não podia ser expresso, aquela que levou aos concursos de pré-qualificação, se não fosse assim as



Alcald
SR
DM

grandes empresas de construção espanholas que estavam a ganhar os concursos das obras das autoestradas, que estavam em crise e com enorme dificuldade, iam ganhar os concursos todos em Portugal. Eu discordo de uma série de projetos que foram feitos, depois, numa da Parque Escolar. A Parque Escolar quando foi concebida destinava-se a trabalhar na região de Lisboa, que tinha 14 escolas secundárias, das quais só duas tinham mais de 250 alunos e eram tão antigas que estavam a cair. A ideia, na altura, era um Instituto Público que ficasse com o património, atendendo que estávamos na altura em que existia a bolha imobiliária e que permitiria pagar o património que fosse alienado, permitindo pagar a contrapartida nacional. Depois, alargaram isso pelo país fora, extinguíram estruturas que acompanhavam a manutenção e esqueceram-se que deveriam criar orçamentos nos serviços para manter a conservação das escolas. Lamento que isto tenha acontecido e que tenha chegado a este ponto. Participei na gestão de mais de cem milhões de euros em fundos comunitários e tinha um orçamento anual, só para obras, de mais de sessenta milhões. Como veem cá estou eu a não falar de cor.

Mais, têm uma escola de Molelos, não deveria ter sido aquela escola que deveria ter sido feito, por isso é que hoje é que há os problemas com a distribuição de alunos, entre as duas secundárias. Tinha sido concebida e posta no PIDAC por mim em 1999, era para ser uma escola E.B.I., isto é jardim de infância, 1º, 2º e 3º ciclo, tínhamos o numero da evolução de alunos previstos e sabíamos o que ia acontecer. O senhor presidente da câmara deve saber que a certa altura houve um desencontro de opiniões entre membros da câmara sobre qual deveria ser a sua localização. Havia quem achasse que deveria ser em Canas de Santa Maria, havia quem achasse que deveria ser noutra lado e havia os números dos alunos. Uma escola como aquela, retirando o terreno e as infraestruturas base de acesso, de energia, água e saneamento, que é da responsabilidade das câmaras, uma escola na altura completamente equipada custava cerca de quatro milhões e meio a cinco milhões de euros. Para vos dar uma ideia, as obras de requalificação da escola Alves Martins e deitando abaixo algumas obras que tinha sido pagas no âmbito do projeto das Bibliotecas Escolares, custaram cerca de catorze milhões. Como vêm conheço bem estas situações, mas obvio que as escolas necessitam ser recuperadas e é bom que se exija que alguém preste atenção a isso.

Votaremos favoravelmente as duas moções, uma a uma.”



Não havendo mais intervenções foram colocadas as moções à votação:

Moção entregue pelo membro Cristiana Ferreira foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Moção apresentada pelo membro Guilherme Duarte foi aprovada por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Alfredo Cabral, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, Nelson Almeida, Regina Coimbra, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3.Período aberto ao Público.

Interveio o cidadão Jorge Henriques:

“Dizer apenas que na qualidade de dirigente associativo, enquanto presidente da Casa do Povo de Tondela, tivemos aquando das atividades da “Casa do Povo em Festa”, entre novembro e dezembro, realizamos na igreja de Outeiro de Cima, um concerto solidário, cuja receita, no valor de cerca de 500€, reverterá para a reconstrução ou reabilitação daquilo que se achar mais pertinente. Falta encontrar uma data com a junta e a câmara municipal para se entrar a uma família que se venha a designar o valor



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão ordinária 22-06-2018

angariado. Por um lado, permitiu-se que esta freguesia tivesse contacto com uma realidade musical que não é habitual, atendendo que o concerto foi com a Orquestra Clássica do Centro e por outro lado conseguiu-se alguma receita. Muito obrigado.”

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Coelho

O 1º Secretário: Seráuloy

O 2º Secretário: Ilceirinho



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela,

Exmo. Presidente da ARCA,

Senhores Vereadores,

Deputados da Assembleia Municipal,

Autarcas da freguesia e concelho de Tondela,

Comunicação social,

Amigos,

Começo por endereçar uma palavra de apreço e agradecimento à Câmara Municipal de Tondela, na pessoa do seu Presidente Dr. José António de Jesus, a quem agradeço por nos ter dado a honra de receber na freguesia de Dardavaz, mais propriamente neste espaço pertença da ARCA, a sessão da Assembleia Municipal deste dia 22 de Junho de 2018.

Saúdo, igualmente, a ARCA, e em particular o seu Presidente, Fernando Festas Esteves extensível a todos os órgãos sociais, técnicos que apoiam este evento, a quem agradeço publicamente todo o apoio manifestado ao associarem-se, sem restrições à realização desta sessão de trabalho deslocalizada da Assembleia Municipal.

Temos noção de que, é hoje fundamental o papel do Município na tomada de decisão, com medidas de descentralização como esta, de modo a permitir e conhecimento aos nossos concidadãos das freguesias do concelho, o trabalho desenvolvido por esta Assembleia Municipal, do valor e importância das suas

Alcald
R
17

tomadas de decisão para o desenvolvimento do concelho, com impacto direto na vida das nossas populações.

Sabemos, pois, que o poder local é uma peça chave no desenvolvimento e na modernização de uma região. E o Município de Tondela bem tem sabido demonstrá-lo.

Exmo. Presidente da Assembleia e da Camara Municipal,

Uma última referência para o desafio que nos foi colocado, enquanto autarcas, no dia 15 e 16 de Outubro último, aquando da ocorrência dos grandes incêndios, com todo o impacto negativo na vida das pessoas, como é do conhecimento generalizado. Tendo sido esta freguesia tão penalizada pelos mesmos, agradeço todo o empenhamento que tem ocorrido por parte das diversas instituições envolvidas no processo de "renascimento", **dando nota que o trabalho está longe de terminar.**

Finalizo a minha intervenção com um desejo a todos os presentes: que a passagem pela freguesia de Dardavaz vá ao encontro dos anseios de cada um, e que a sessão da Assembleia Municipal ocorra num clima de concórdia, em prol do presente e futuro do concelho de Tondela, e que daqui a algum tempo, possamos estar aqui neste mesmo local, reforçados na esperança de um futuro melhor.

→ Aproveito p/ informar que dia 29 e 30 de junho
Haverá sessão de registo e ele
todas as condições.

Muito abrigado!



Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 21 de fevereiro de 2017 a 21 de junho de 2018)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

Um ano após a tragédia de Pedrogão e a escassos meses de se aproximar igual marca da grande catástrofe que atingiu a zona Centro, é legítimo que qualquer cidadão se interrogue acerca do percurso e das estratégias que nos protejam para o presente e para o futuro.

Se a defesa é uma questão de soberania nacional, não é menos verdade que a segurança e proteção, de pessoas e bens, é igualmente um facto de enorme responsabilidade do Estado, indelegável, imprescindível para que se promova a coesão, a proteção e a segurança.

Nos primeiros tempos, era determinante responder-se à emergência.

E aqui, o Estado Central, as Autarquias, a Sociedade – apoiada em tantos movimentos de cidadãos que emergiram e que provaram que a solidariedade é uma causa que nos agrega sem quaisquer tutelas -, deram sinais de resposta ajustada.

Sendo verdade que nem em todos os domínios ela foi de igual amplitude e com a mesma equidade.

De facto, no apoio aos pequenos agricultores, aos que desempenham uma atividade de complemento da sua atividade económica, aos que – tantas vezes – são o primeiro elo na defesa do território e da coesão local, e que contribuem para o primeiro escudo natural de proteção das nossas aldeias, o apoio do Ministério da Agricultura e Pescas não foi ajustado.

Nem os operadores e proprietários florestais veem encontradas soluções para que se opere a remoção de tantas toneladas de madeira queimada, o que é imperioso para se garantir a não infestação desses terrenos e que não se propague e eternize o estado de degradação paisagística e ambiental.

Mas, ao mesmo tempo, em que se procuram mitigar esses efeitos, a pergunta legítima não deixa de se colocar: como está o país preparado para o futuro? Que medidas estruturais estão a ser desencadeadas?

Julgo ser evidente que a ação governativa está centrada na gestão mais imediata, procurando demonstrar que está a contratar meios – principalmente aéreos, depois de ter deixado para trás a ideia das forças

profissionais para combate a fogos florestais, como havia anunciado no Conselho de Ministros extraordinário, ocorrido após o 15 de outubro.

E a questão estrutural e nuclear do planeamento florestal? E a gestão sustentável da floresta? E o combate ao abandono destes terrenos, onde não se investe se não existir retorno e onde não pode deixar de se defender a biodiversidade? E o ordenamento florestal, a existência de “faixas tampão” e a plantação de áreas de proteção nos coroamentos das povoações, mais resilientes e ajustadas a essa função?

Estas são, de facto, questões que jamais poderão continuar sem resposta. Sob pena de nada fazermos a pensar no futuro, que cada vez é mais presente.

Basta percorrermos as áreas ardidadas e observarmos o que está a acontecer: são inúmeras as árvores invasoras que estão a emergir e a alterar profundamente a floresta que existia. As mais resistentes – eucaliptos e acácias, através das suas sementes, estão a dominar a regeneração natural. Não é difícil encontrar num metro quadrado várias dezenas destas espécies em crescimento! Incluindo bermas ou mesmo no meio de caminhos.

Sem medidas para a sua limpeza imediata, em breve, estaremos perante autênticos barris de pólvora. Assustador, mas real.

2-

A 13 de janeiro de 2018 um acontecimento marcou a nossa história coletiva. Nesse dia, um incêndio na Associação Cultural, Recreativa e Humanitária de Vila Nova da Rainha atingiu dezenas de pessoas que ali participavam no tradicional torneio de sueca – 11 mortos, 35 feridos, a associação completamente destruída e uma comunidade destrozada.

Após este acidente, de repercussões trágicas não só para aquela comunidade, mas para todo o país, era importante perceber o que de urgente se podia fazer para proteger a nossa comunidade e, conseqüentemente, o nosso tecido associativo, parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento local integrada e integradora.

Face à situação inesperada, que poderia ter ocorrido em qualquer parte do país, impunha-se uma ação que, também extraordinária, pudesse ditar um modelo de atuação.

Assim, definiu-se como estratégia, após ouvir as autoridades de proteção civil regionais, convidar quatro empresas certificadas pela ANPC para a avaliação da segurança de edifícios contra incêndios.

O recurso a serviços externos justifica-se pela dimensão das tarefas e pela inexistência de recursos próprios para assegurarem esta missão, além das diferentes ações em que, diariamente estão envolvidos.

Essas quatro empresas visitaram e avaliaram 98 edifícios, sede de 100 associações, ficando de fora as IPSS e associações humanitárias de bombeiros sujeitas a um regime específico.

A cada empresa foi solicitado um relatório das desconformidades e respetivas correções para que os edifícios em questão pudessem ser utilizados em situação de segurança, com a instalação dos equipamentos mínimos exigidos. Uma das componentes fundamentais da proposta é a aplicação de medidas de autoproteção, requisito mínimo exigido.

Ora, aquando da construção da lista de associações a visitar por cada entidade, verificou-se que existiam algumas associações em que o processo de obtenção da respetiva licença de utilização não estava concluído, matéria até aqui desconhecida. Assim, foi solicitado às empresas, a instrução do processo que permita a atribuição da licença de utilização, pelos serviços do Município.

Posto isto, foram apresentados pelas empresas os orçamentos para a regularização em termos de proteção de edifícios contra incêndios, bem como da constituição dos processos que permitam a atribuição de licença de utilização a todos.

O valor desta intervenção totaliza mais de 500.000€ (quinhentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos).

No seguimento daquilo que já vinha sendo partilhado pelo Município, desde o fatídico dia em Vila Nova da Rainha, é nosso propósito utilizar os protocolos de apoio ao movimento associativo para conceder a cada uma das associações objeto deste processo, o montante de apoio necessário para fazer as diversas intervenções mínimas, para que o espaço fique devidamente licenciado e com as condições de proteção contra incêndios implementada. Desse protocolo constará a intervenção a ser feita e em anexo será junto o relatório de avaliação feito pela entidade externa.

Este processo permitirá que os edifícios sede destas associações fiquem regularizados em termos da sua licença de utilização, bem como com as condições de Proteção de Edifícios contra Incêndios, reunidas.

Após o acidente em Vila Nova da Rainha, é de fundamental importância garantir condições de estabilidade ao nosso movimento associativo e aos seus dirigentes.

Estes são um elemento central da manutenção de condições sociabilidade essenciais para a manutenção de comunidades vivas e participativas na construção do futuro do nosso território.

Não existe um território com futuro sem um movimento associativo forte e dinâmico, e não existe um tecido associativo nestas condições sem a disponibilidade e perseverança dos seus dirigentes.

Não podemos permitir que um acidente como o acontecido a 13 de janeiro seja fator de desmobilização de vontades que, ao longo dos últimos 40 anos, tanto fortaleceram as nossas associações.

Desde o início deste processo que o município tem colocado a definição destes mecanismos de apoios no centro da sua ação. É para nós fundamental que seja claro para este movimento que estamos sempre solidários com os seus princípios, sempre respeitadores da sua independência, mas sempre na busca de soluções conjuntas que permitam uma ação concertada em defesa de um modelo de desenvolvimento que integrando a diversidade de visões do território seja demonstrativa de uma unidade de objetivos.

Em prol de uma região, comum, de bem-estar!

3-

A par desta agenda, que tem absorvida uma boa parte da nossa atividade diária, acompanhámos e promovemos outras reuniões, que se sintetizam:

- CIM Viseu Dão Lafões, CCDR-C,**
- Planalto Beirão, Adices, Ferrovia,**
- Socorpena, Floponor,**
- Codis,**
- Vários presidentes de junta de freguesia,**
- Com secretário de Estado da Proteção Civil**
- Com ministro do Planeamento e das Infraestruturas,**
- Com o Sindicato dos Enfermeiros, a propósito da falta de enfermeiros que foi noticiada na comunicação social,**
- Visitas de trabalho à ZIM do Lajedo e à ZIM da Adiça,**
- Com partidos com assento parlamentar: BE, PSD. PC, PAN a propósito do IP3,**

Alcald
Q
27

4-

Reprogramação do Centro do Centro 2020

Compreender-se-á que seja relevante a apreciação deste tema, principalmente quando se deduz a importância extrema destes fundos e dos mecanismos que lhe estão associados, em particular na potenciação das estratégias de desenvolvimento.

Como importará reforçar que, nesta reprogramação, não conseguiu o Governo introduzir alterações às designadas prioridades negativas. Isto é, se fosse uma questão ideológica, como não se cansaram de propagandear os partidos da esquerda de suporte ao Governo, seria lógica a pergunta elementar: porque não alteraram agora estes princípios e não abriram a elegibilidade, em particular, da (re)construção de vias, e do investimento em acessibilidades?

A resposta também é elementar: Bruxelas não as considera como vitais, razão pela qual o Governo não conseguiu mudar uma vírgula face ao que uma decisão externa. Caiu mais uma falácia!! Tantas vezes propagandeada, num exercício de demagogia que fere a honestidade intelectual.

Apresenta-se, para melhor análise o quadro síntese dos valores contratualizados, ou alocados às diferentes medidas (PACTO, PROVERE, DLBC, PEDU/PARU)

Territorialização das Políticas – fundo comprometido **CENTRO 2020**

Unidade: milhões de euros

NUTS III	PDCT (1)	PROVERE (2)	DLBC (3)	Política cidades (4)	Outros avisos (5)	Subtotal (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)	Fundo per capita subtotal (€) (7)	Sistemas incentivos (8)	Total (9)=(6)+(8)	Fundo per capita (€) (10)	Fundo pago (11)	Taxa pagamento (12)=(11)/(9)
Beira Baixa	16,8	2,3	3,1	10,5	13,8	46,5	522,3	7,0	53,5	600,8	7,3	13,6%
Beiras e Serra da Estrela	42,4	3,8	7,8	33,4	10,4	97,8	414,3	36,0	133,8	567,0	18,9	14,1%
Médio Tejo	42,5	0,3	4,1	33,3	9,9	90,1	364,1	35,2	125,3	506,6	18,0	14,3%
Oeste	58,1	0,1	4,7	47,0	10,4	120,4	332,1	71,6	192,1	529,8	33,9	17,6%
Região de Aveiro	34,5	0,2	5,3	41,9	29,4	111,3	300,6	131,1	242,4	654,4	57,7	23,8%
Região de Coimbra	50,1	2,3	9,0	53,6	62,9	177,9	386,5	71,3	249,2	541,6	43,3	17,4%
Região de Leiria	38,5	0,5	4,3	32,7	40,1	116,0	393,7	161,5	277,5	941,9	86,8	31,3%
Viseu Dão Lafões	35,7	0,5	4,5	31,8	15,5	88,0	328,8	32,9	120,9	451,6	13,6	11,2%
Total Territorialização Políticas	318,6	10,0	43,0	284,0	192,3	848,0	364,3	546,7	1.394,6	599,1	279,4	20,0%

Maior fundo per capita

Total do PO

Sem sistemas de incentivos

Região de Leiria: 941,9 euros
 Região de Aveiro: 654,4 euros

Beira Baixa: 522,3 euros
 BSE: 414,3 euros

Importa ainda reter a situação com o Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo, elementar para alavancar pequenos projetos de investimentos e de apoio ao emprego (pois conjuga FEDER e FSE). Como se poderá observar, a dotação orçamental é, até este momento, muito insuficiente face as candidaturas apresentadas, algumas há mais de um ano, sem que os decisores governamentais tenham fechado este processo de decisão política, que impunha um reforço, para viabilizar umas das primeiras prioridades de Bruxelas e do país - reforçar o investimento produtivo.

SIZE - Sist. Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego **CENTRO 2020**

Candidaturas submetidas

		Dotações contratualizadas	Nº de candidaturas	Elegível solicitado	Apoio solicitado
CIM	FEDER	16,0	1.071	199,1	98,7
	FSE	24,0	769	19,2	*
GAL	FEDER	16,3	851	61,3	31,0
	FSE	25,0	673	9,5	*
TOTAL	FEDER	32,3	1.922	260,3	129,8
	FSE	49,0	1.442	28,7	*
TOTAL GERAL		81,3	3.364	289,0	-

unidade: milhões de euros

* Não disponível

SIZE: Candidaturas aprovadas** (23-05-2018)

	Nº de candidaturas aprovadas	Apoio aprovado (dentro da dotação)	Apoio aprovado (fora da dotação reforço)	Emprego criado	Emprego apoiado	
CIM	79	9,0	2,7	416	254	
	60	0,9	0,0			
GAL	87	3,1	0,0	216	153	
	75	0,7	0,0			
TOTAL	166	12,1	2,7	632	407	
	135	1,6	0,0			
TOTAL GERAL		301	15,7	2,7	632	407

** Com primeira decisão ou decisão definitiva

É neste cenário que se desenhou a proposta de reprogramação, em grande medida, fruto da enorme capacidade negocial da Sra presidente da CCDRC, Ana Abrunhosa, acolhendo as preocupações dos autarcas, e da sua interação com o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Nelson de Sousa e o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas Pedro Marques. Esta proposta, também só foi possível face a alteração da elegibilidade do sistema de mobilidade de Coimbra Lousa (ex-metro Mondego) ter passado a ser enquadrado no POSEUR, o que libertou recursos no Centro 2020.

Clarel
Q
fin

Falta, agora, a aprovação de Bruxelas para que seja validada a

Reprogramação

CENTRO 2020

unidade: milhões de euros

Principais Tipologias de ação	Dotação após reprogramação	Reforço		Principais Tipologias de ação	Dotação após reprogramação	Reforço	
		FEDER	FSE			FEDER	FSE
Sistemas de incentivos - FEDER OT1 e OT3 reembolsos PT 2020	534,5	150,3		Investimento de proximidade - Pactos Saúde, Escolas e Património Cultural e Natural			
	60	60		- Flexibilidade dentro dos Pactos	38	38	
Total	594,45	210,31	0	- Reforço de AG	15	15	
Ciência - OT 1	77,5	27		- Reforço da AG (Peniche)	4	4	
Ciência - OT 8	20		20	Total	57	0	
TESP	64,8		37,8	Investimento de proximidade - extra Pactos			
Doutoramentos	64,6		29,6	- Património e promoção turística	7,6	7,6	
Total	226,9	27	87,4	- Habitação social - eficiência energética (descarbonização)	14	14	
Total FEDER + FSE	821,3	237,3	87,4	- Proteção Civil	8	8	
				- Apoios complementares aos PEDU e PARU (mobilidade urbana suave, cidades inteligentes, interfaces modais,...) - descarbonização	60	60	
				- Áreas de Localização Empresarial + Last mile	45	45	
				- Saúde - centros hospitalares		7	
				Total	141,6	0	
				Investimento de proximidade - SIEZ			
				CIM	90	13	37
				GAL	60		12
				AG *	19		19
				Total	13	0	68
				Investimento de proximidade - Baixa Densidade			
				Provere *		10	
				Queijo, Floresta, Cultivar e Vinho *			10
				Total	10	10	
				Infraestruturas tecnológicas *		10	
				Total	211,6	78,0	
				Total FEDER + FSE	309,6		

* valores não incluídos no quadro SE

reprogramação.

Reforço do Investimento de Proximidade Municipal

CENTRO 2020

unidade: milhões de euros

Prioridades	Fundo
Investimento de Proximidade Municipal - Extra PACTOS	
Património e promoção turística	7,6
Eficiência Energética, Habitação Social	14,0
Proteção Civil	8,0
Apoios complementares aos PEDU e PARU (mobilidade urbana suave, cidades inteligentes, interfaces modais,...) com contributos para a descarbonização	60,0
Áreas de Localização Empresarial + Last mile	45,0
SIEZ	50,0
PROVERE *	10,0
Infraestruturas Tecnológicas *	10,0
Total	204,6
Investimento de Proximidade Municipal - PACTOS	
Saúde, Escolas e Património Cultural e Natural	
- Flexibilidade dentro dos Pactos	38,0
- Reforço da AG	15,0
- Reforço da AG (Peniche)	4,0
Total	57,0
Total do reforço do Investimento de Proximidade Municipal	261,6

* valores não incluídos no quadro SE

Como se poderá observar, o aumento direto nos PACTOS é de 15 milhões de euros, que poderão reforçar os projetos que estão subfinanciados na educação e na saúde, faltando conhecerem-se os critérios desta medida. A flexibilidade dentro dos pactos não corresponde a mais recursos, mas tão só a deslocação entre medidas já aprovadas.

Também o reforço de 7 milhões para centros hospitalares se poderá apresentar como uma oportunidade para que o governo e o Conselho de Administração do CHTV, finalmente, encontre recursos para a unidade de oncologia, que teima em não sair de anúncios.

Não deixarei de referir que muitos destes investimentos (na saúde, nos edifícios escolares, no património cultural) são e deviam continuar a ser, obrigação direta do Estado.

Nenhum de nós recebeu qualquer descentralização de competências par que assim não seja!

O Governo Central não só se está a desresponsabilizar, como ainda arrasta despesa para os municípios, pois a estes cabe parte ou a totalidade da comparticipação nacional. Isto é, o Governo faz obra à conta dos recursos dos municípios.

Vejam-se os exemplos concreto do Centro de Saúde de Campo de Besteiros - 170.000€ de fundo para uma obra de 240.000€, diferença paga quase na totalidade pelo município. Idêntica realidade se verifica na obra de requalificação da Escola Secundária de Tondela.

Tondela, 18 de junho de 2018

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 18 de junho de 2018.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2018 e 18-06-2018)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECETA PREVISTA CORRIGIDA	RECETA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (46,30%)	PESO DA EXECUÇÃO RCB NA RECETA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=[(3)-46,30%]	(5)
	Receitas Correntes	18.878.408,10	7.464.499,71	39,54%	-6,76%	48,05%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.784.128,48	1.840.231,74	38,47%	-7,83%	11,85%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	89.947,87	32.934,66	36,62%	-9,68%	0,21%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	253.269,97	114.931,92	45,38%	-0,92%	0,74%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.298.103,00	450.079,02	34,67%	-11,63%	2,90%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.843.925,52	4.334.477,82	39,97%	-6,33%	27,90%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.512.721,00	633.479,09	41,88%	-4,42%	4,08%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	96.312,26	58.365,46	60,60%	14,30%	0,38%
	Receitas de Capital	18.518.506,05	8.070.537,70	43,58%	-2,72%	51,95%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	21,00	196,40	935,24%	888,94%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11.052.900,66	602.595,31	5,45%	-40,85%	3,88%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	-	-	-	-	-
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	61.390,28	63.411,82	103,29%	56,99%	0,41%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABA TIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00	1.140,06	114,01%	67,71%	0,01%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	7.403.194,11	7.403.194,11	100,00%	53,70%	47,65%
	TOTAL GERAL	37.396.914,15	15.535.037,41	41,54%	-4,76%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de 41,54%, bem próxima do grau de execução esperado (46,30%), apresentando um desvio negativo reduzido face ao grau de execução (-4,76%).

C. Coelho
[Signature]

Importa aqui salientar o facto de já se encontrar refletido na execução orçamental da receita, face ao último reporte efetuado, o saldo da gerência anterior bem como os valores das reposições abatidas não abatidas aos pagamentos.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 15.535.037,41€.

3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2018 a 18-06-2018

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (46,30%)	PESO DA EXECUÇÃO DP NA DESPESA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[2]/(1)*100%	(4)=(3)-46,30%	(5)
	Despesas Correntes	17.031.826,26	5.104.444,22	29,97%	-16,33%	74,18%
01	Despesas com Pessoal	5.343.950,00	1.909.305,64	35,73%	-10,57%	27,75%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7.909.663,50	2.141.598,74	27,08%	-19,22%	31,12%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	18.986,26	45,90%	-0,40%	0,28%
04	Transferências Correntes	3.565.127,76	944.968,45	26,51%	-19,79%	13,73%
06	Outras Despesas Correntes	171.722,00	89.585,13	52,17%	5,87%	1,30%
	Despesas de Capital	20.340.187,89	1.776.354,19	8,73%	-37,57%	25,82%
07	Aquisição de Bens de Capital	17.154.879,61	1.132.184,66	6,60%	-39,70%	16,45%
08	Transferências de Capital	2.289.913,28	212.525,22	9,28%	-37,02%	3,09%
09	Activos Financeiros	108.650,00	0,00	0,00%	-46,30%	0,00%
10	Passivos Financeiros	703.887,00	377.351,33	53,61%	7,31%	5,48%
11	Outras Despesas de Capital	82.858,00	54.292,98	65,53%	19,23%	0,79%
	TOTAL	37.372.014,15	6.880.798,41	18,41%	-27,89%	100,00%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de 29,97% sendo, o grau de execução esperado 46,30%, representando um desvio negativo de 16,33%. Por outro lado, regista uma taxa de execução da despesa de capital de 8,73%, o que representa um desvio negativo de 37,57%.

Tal como em anos anteriores, é importante salientar que a distorção na análise dos dados contidos neste mapa pode provocar, em períodos de análise inferiores aos doze meses, uma vez que, o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano, no entanto para a assunção de compromissos a despesa tem que estar prevista, mas dependendo dos prazos de execução não tem que estar necessariamente paga. São disso exemplo, as despesas referentes ao serviço da dívida, a execução do FAM, bem como as aquisições de capital, em que cada empreitada tem um cronograma financeiro próprio.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

3.2. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01-01-2018 a 18-06-2018

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		17.031.826,26	12.333.958,06	72,42%
01	Despesas com Pessoal	5.343.950,00	4.620.566,81	86,46%
02	Aquisição de Bens e Serviços	7.909.663,50	4.727.991,53	59,77%
03	Juros Outros Encargos	41.363,00	39.951,01	96,59%
04	Transferências Correntes	3.565.127,76	2.795.117,74	78,40%
06	Outras Despesas Correntes	171.722,00	150.330,97	87,54%
Despesas de Capital		20.340.187,89	6.052.339,10	29,76%
07	Aquisição de Bens de Capital	17.154.879,61	3.787.205,16	22,08%
08	Transferências de Capital	2.289.913,28	1.370.284,97	59,84%
09	Activos Financeiros	108.650,00	108.562,50	99,92%
10	Passivos Financeiros	703.887,00	703.465,05	99,94%
11	Outras Despesas de Capital	82.858,00	82.821,42	99,96%
TOTAL		37.372.014,15	18.386.297,16	49,20%

Através da análise do quadro acima podemos constatar que, estando sensivelmente a meio do ano, comprometemos aproximadamente 50% da dotação orçamental do Município (49,20%).

Dos 18.386.297,16 € de compromissos já assumidos para o exercício de 2018, mais de 8,5 milhões de euros, são resultantes de compromissos transitados de 2017.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo. 9.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2017, na reunião do dia 28 de novembro de 2016, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;
- b) Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;
- c) Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Face ao que precede verificou-se que, não se assumiram compromissos plurianuais entre a data do último reporte (12-04-2018) e do presente relatório (18-06-2018).

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos 169 dias do ano de 2018, poderemos concluir que o indicador da receita está bastante próximo do padrão, ao passo que o indicador da despesa se encontra ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto, que ainda se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental para um período inferior a doze meses.

Tondela, 18 de junho de 2018



A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

